

Serviço Social contemporâneo e as lutas sociais: análise dos limites e objetivações do projeto ético-político / *Contemporary Social services and social struggles: analysis of the limits and objectivations the ethical-political project*

CYNTHIA SANTOS FERRAREZ¹

WARLLON DE SOUZA BARCELLOS²

Resumo: O presente artigo contém um panorama sobre o Serviço Social contemporâneo, abarcando a reflexão sobre as lutas sociais realizadas pela profissão ao longo dos seus 80 anos de existência no Brasil. Tendo como referência o Projeto Ético-Político Profissional e o alcance de seus objetivos a partir da intenção de ruptura com a prática conservadora adotada pela profissão a partir dos anos 1980. Muito se escreve e se debate acerca dos objetivos, das formas de luta, dos limites e dos desafios dos sujeitos que as protagonizam, sendo assim, o objetivo deste estudo de resgatar e explicitar uma necessária relação dos conteúdos que contribuem para o debate do Serviço Social contemporâneo a partir da análise do Projeto Ético-Político Profissional pensando seus limites e desafios, assim como o comprometimento com as lutas sociais e com a classe trabalhadora.

Palavras-chave: Serviço Social; Projeto Ético-Político; lutas sociais.

Abstract: This article has been conducting an overview of contemporary social work, making a reflection of social struggles carried out by the profession throughout his 80 years. Taking as reference the professional Political Ethics Project and the achievement of its objectives from the intention to break with the conservative practice adopted by the

1 Assistente social, doutoranda e mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

2 Assistente social, mestre em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense e professor do Curso de Serviço Social da UEMG.

profession from the 80s Much is written and debate about the objectives, forms of struggle, the limits and the challenges of the subjects that the protagonists. Our goal here is not to deal with the "hot" debate the current situation, but to rescue and express a necessary relation of the contents that make up what we mean by contributing to the debate on contemporary social work from the analysis of professional Political Ethics Project thinking their limits and challenges.

Keywords: Social Work; Political Ethics Project; social struggles.

O Serviço Social brasileiro contemporâneo apresenta uma feição acadêmico-profissional e social renovada, voltada à defesa do trabalho e dos trabalhadores, do amplo acesso a terra para a produção de meios de vida, ao compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social no terreno da história. Nessa direção social, a luta pela afirmação dos direitos de cidadania, que reconheça as efetivas necessidades e interesses dos sujeitos sociais, é hoje fundamental como parte do processo de acumulação de forças em direção a uma forma de desenvolvimento social inclusiva para todos os indivíduos sociais.

Esse processo de renovação crítica do Serviço Social é fruto e expressão de um amplo movimento de lutas pela democratização da sociedade e do Estado no país, com forte presença das lutas operárias, que impulsionaram a crise da ditadura militar: a ditadura do grande capital (IANNI, 1981). Foi no contexto de ascensão dos movimentos políticos das classes sociais, das lutas em torno da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988 e da defesa do Estado de Direito, que a categoria de assistentes sociais foi sendo socialmente questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil. E não ficou a reboque desses acontecimentos, impulsionando um processo de ruptura com o tradicionalismo profissional e seu ideário conservador. Tal processo condiciona, fundamentalmente, o horizonte de preocupações emergentes no âmbito do Serviço Social, exigindo novas respostas profissionais, o que derivou em significativas alterações nos campos do ensino, da pesquisa, da regulamentação da profissão e da organização político-corporativa dos assistentes sociais.

Diante do exposto, torna-se imprescindível a análise sobre a orientação dos(as) assistentes sociais regida pelo Projeto Ético-Político, a fim de que os interesses da classe trabalhadora possam ser de fato efetivados, contrapondo-se as formas de opressão, dominação e exploração que perpassam o contexto da sociedade brasileira neoliberal. E isso só se torna possível quando se efetiva de fato uma formação pautada na qualidade e na possibilidade de construção de valores emancipatórios e universais.

Serviço Social, lutas sociais e o Projeto Ético-Político Profissional

O Serviço Social vem construindo coletivamente, desde o findar da década de 1970, um projeto profissional³ voltado para garantia de acesso a direitos dos cidadãos; comprometimento com a classe trabalhadora; eliminação das formas de preconceito; contra a ordem vigente e contra o conservadorismo profissional; em defesa da democracia como sinônimo de cidadania; dentre outros. A categoria, então, vem elaborando mediações que permitam compreender a realidade social e seus espaços contraditórios.

O Serviço Social é uma profissão constituída na dinâmica sócio-histórica das relações entre Estado e as classes sociais no enfrentamento à questão social. Sua natureza contraditória abre a possibilidade de, para além das demandas dos espaços sócio-ocupacionais em que estamos inseridos, atuarmos nos processos de mobilização popular e de fortalecimento dos movimentos sociais e organizações dos trabalhadores. Dessa forma, podemos contribuir para o desenvolvimento das ações coletivas dos sujeitos com os quais trabalhamos na perspectiva da defesa, da conquista e da ampliação dos direitos e da construção de uma sociedade emancipada. Nosso projeto ético-político teve, como um dos móveis centrais para o seu desenvolvimento, a força política e organizativa de um conjunto variado de lutas, movimentos e organiza-

3 Os Princípios Éticos-Políticos Profissionais estão baseados na dialética marxista, referenciado que “a práxis não se esgota no trabalho embora ele seja sua forma primária, segundo Barroco (2009) “quanto mais se desenvolve o ser social, mais as suas objetivações transcendem o espaço ligado diretamente ao trabalho”. (BARROCO, 2009, p. 170).

ções dos trabalhadores no campo da sociedade civil brasileira a partir dos finais da década de 1970 e década de 1980.

O "Congresso da Virada", realizado de 23 a 28/09/1979, promovido pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS), conhecido hoje como Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em São Paulo, mostrou-se um marco na história do Serviço Social, principalmente no que diz respeito a postura profissional e a busca por um projeto ético-político condizente com as aspirações dos assistentes sociais

Para entender as condições em que a "Virada do Serviço Social" se deu é necessário conhecer o contexto histórico ao qual esses assistentes sociais estavam inseridos e quais as condições de trabalho que se apresentavam aos mesmos naquele momento.

Guerra e Ortiz (2009) destacam a existência de determinações exógenas e endógenas à profissão, que contribuíram diretamente para a afirmação da virada. Os fatores a seguir expressam as determinações exógenas que se mostram muito peculiares por se tratarem da América Latina:

Dinamismo e expansão do capitalismo – a classe operária se desenvolve e amadurece do ponto de vista da sua consciência de classe e de sua organicidade. A revolução cubana (1959), as novas lutas de classe na Guatemala (1960), a influência dos movimentos desencadeados no maio francês de 1968, o Cordobazo argentino (1969), a unidade popular do Chile (1970-1973), a grande mobilização social que levou a vitória da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) em 1979, a recuperação de parte da soberania do Canal do Panamá (1977) pelos tratados Torrijos-Carter, a guerra de libertação em El Salvador (1980-1992), são realidade, as classes vão forjando sua consciência política, que, portanto, não surge por geração espontânea. (GUERRA; ORTIZ, 2009, p. 125).

Como determinações endógenas observa-se que o Brasil presenciava "greves generalizadas, paralisações, ocupações de fábricas, de terras e, posteriormente, de prédios públicos" (CFESS, 2009, p. 60) e, ainda, a ruptura e negação do sindicalismo tradicional e de conciliação de classes, como forma de enfrentamento à ditadura militar, demonstrando, com isso, uma nova forma de organização da classe trabalhadora.

Ao pensar a origem do movimento de Intenção de Ruptura com o conservadorismo, busca-se analisar as influências da reconceitualização latino-americana, com forte oposição às ditaduras militares do continente e criação de novas bases conceituais para uma ação profissional crítica, como visto anteriormente.⁴

Com relação à formação profissional, o "Método BH", desenvolvido pela Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais, em Belo Horizonte, assim como os debates que se iniciam sobre a mesma na Associação Brasileira de Serviço Social (ABESS), a atual Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) desde 1991, deu origem ao currículo de 1982.⁵ Outro fato importante foi a criação em 1975 da primeira pós-graduação em Serviço Social – realizada pela PUC-SP – que resultou na aproximação com as ciências sociais e a tradição marxista.

Vale destacar a importância da produção do livro *Relações sociais e Serviço Social*, de Yamamoto e Carvalho, inaugurando a mais completa pesquisa sobre a profissão até então, demonstrando um panorama geral do Serviço Social e suas principais raízes de pensamento, principalmente a vertente conservadora.

Analisando o processo de renovação da profissão, elege-se, a partir do fim da década de 1970, a vertente marxista – expressa pelo movimento de intenção de ruptura – como forma mais adequada para a interpretação da realidade cotidiana capitalista, objetivando compreender que a prática profissional do Serviço Social é necessariamente polarizada pelos interesses de classes sociais, inserida na sociedade capitalista.

Dessa inflexão se imprimiu a direção social da profissão no âmbito da formação e do exercício profissional e da organização estudantil, marcada fortemente pela relação com a luta por direitos sociais e trabalhistas, pelo aprofundamento do legado marxiano e da tradição

4 Conjunturalmente, o III CBAS é realizado no momento da vida brasileira da retomada das lutas sociais no país, quando os movimentos sociais – sindicais e populares – se organizam na perspectiva classista com forte protagonismo da classe operária. (CFESS, 2009, p. 56).

5 Encharcado com o "Marxismo Vulgar".

marxista, e na direção da luta pelo socialismo, no horizonte do projeto histórico da emancipação humana. (CFESS, 2009, p. 59).

Na tentativa de ruptura com o histórico conservador percebe-se que o Serviço Social, além de produzir o currículo de 1982, produz o Código de Ética de 1986 e, posteriormente, observadas as falhas conceituais dos mesmos, criaram-se o Código de Ética e a Lei de Regulamentação 8.662, no ano de 1993, e as Diretrizes Curriculares de 1996. Estes podem ser entendidos como grandes "frutos da Virada".

A força política que foi incorporada – em suas necessidades e reivindicações – e apreendida – no campo teórico – pelos setores progressistas da profissão. Coube ao protagonismo destes segmentos progressistas as transformações no conteúdo do processo formativo dos assistentes sociais; a reformulação dos princípios e valores do nosso Código de Ética; a densidade teórica e qualificada da produção acadêmica e do debate teórico-político; a solidez político-organizativa e clasista de nossas entidades representativas. Com esta apreensão, afirmamos que o nosso projeto profissional se alimenta, se vitaliza, se fortifica – especialmente nas condições atuais que lhe parecem tão adversas – tanto no avanço daquela base social, qual seja, das organizações e lutas das classes subalternas – quanto na vontade majoritária do campo profissional. (DURIGUETO, 2014).

Particularmente em relação ao campo profissional na sua relação com as lutas e movimentos sociais, algumas pontuações de ordem teórico-interventiva tornam-se necessárias.

A relação interventiva do Serviço Social com os movimentos sociais é explicitada, por exemplo, na Lei de Regulamentação da profissão, que determina como competência do assistente social “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade” (Lei nº 8.662, 1993, art. 4º, parágrafo IX) e no Código de Ética, que afirma como direito do profissional “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania” (Código de Ética do Assistente Social, 1993, art. 12, alínea b).

O que se precisa ressaltar é que essas diretivas não constituem apenas dimensões normativas, mas orientações estratégico-táticas. Como nos esclarece Yamamoto (1982), interferimos nas relações sociais cotidianas no atendimento às mais variadas expressões da questão social vividas pelos indivíduos sociais no trabalho, na família, nas necessidades de acesso aos serviços de saúde, moradia, assistência etc. (DURIGUETO, 2014).

Diante do exposto, decifrar então as mediações por meio das quais se expressa a questão social tem importância por dois motivos: para apreender as expressões que as desigualdades sociais assumem na vida dos sujeitos e para apreender e fortalecer suas formas de resistência já existentes ou ainda ocultas no campo da sociedade civil. Ou seja, suas formas de organização e as potencialidades de mobilização e de luta.

Esta apreensão pode abrir novos horizontes para o exercício profissional, pois pode favorecer que nossas ações não se pautem pelo fornecimento de informações que levem à simples adesão dos sujeitos aos programas e projetos institucionais, à individualização do acesso que reforça a perspectiva de subalternização e controle. Mas ao contrário: aquela apreensão pode nos abrir a possibilidade interventiva de trabalhar nos sujeitos a busca da construção de estratégias coletivas para o encaminhamento de suas demandas, de suas necessidades, o que significa estimulá-los à participação em organizações e movimentos sociais ou a fomentar e potencializar a necessidade deles criarem organizações e movimentos quando estes inexistem; de estimulá-los a participar e ocupar os espaços conselhistas; de desenvolver ações de mobilização e organização popular nos espaços em que atuamos pela viabilização da participação dos sujeitos no processo de elaboração e avaliação das políticas e dos serviços que prestamos. (DURIGUETO, 2014).

O que queremos enfatizar é que dar vida ao projeto ético-político exige de nós o compromisso com o fortalecimento das lutas sociopolíticas vinculadas às classes subalternas o que, por sua vez, demanda a aliança com os sujeitos coletivos que as protagonizam. Ou seja, implica em criarmos estratégias e táticas de atuação no sentido da promoção e do fortalecimento das organizações e lutas coletivas dos trabalhadores que são alvo de nossas intervenções.

E já percebemos esse compromisso no protagonismo das entidades representativas da categoria na articulação com as pautas de lutas das organizações e do conjunto dos movimentos sociais; com as associações profissionais e entidades de defesa de direitos; nas campanhas e documentos do Conjunto CFESS-CRESS; da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (Enesso); na produção teórica; nas atribuições, princípios e valores que norteiam nossa ação profissional.

Sendo assim, em 1996 as Diretrizes Curriculares da ABEPSS visará superar as lacunas identificadas, para garantir uma direção social mais estratégica para o exercício e formação profissional. Segundo Guerra e Ortiz (2009):

[...] o tripé caso, grupo e comunidade e, para tanto, foram criadas as disciplinas de Metodologia do Serviço Social, História do Serviço Social e Teoria do Serviço Social. A tentativa de superação gerou uma nova dicotomia ao se separar teoria, método e história como compartimentos isolados da vida social. (GUERRA; ORTIZ, 2009, p. 130).

O maior fruto da virada sem dúvida é o reconhecimento dos assistentes sociais como trabalhador, assalariado, comparte do trabalho coletivo e que vende a sua força de trabalho como todo trabalhador.

Partindo desse pressuposto, a categoria trabalho passa a ser analisada pelos profissionais como foco central da interpretação da realidade, como forma de esmiuçar a sociedade em sua totalidade. Assim, o assistente social passa a compreender, também, o significado social da profissão e a utilidade da mesma – pois ele atua sobre as expressões da questão social, sobre a reprodução material e social da classe trabalhadora –, sendo um trabalho que não se expressa materialmente, mas é objetivamente social.

O Serviço Social vem construindo coletivamente, desde então, um projeto profissional⁶ voltado para a garantia de acesso a direitos

6 Os Princípios Éticos-Políticos Profissionais estão baseados na dialética marxista, referenciado que “a práxis não se esgota no trabalho embora ele seja sua forma primária, segundo Barroco (2009) “quanto mais se desenvolve o ser social, mais as suas objetivações transcendem o espaço ligado diretamente ao trabalho”. (BARROCO, 2009, p. 170).

dos cidadãos; comprometimento com a classe trabalhadora; eliminação das formas de preconceito; contra a ordem vigente e contra o conservadorismo profissional; em defesa da democracia como sinônimo de cidadania; dentre outros. A categoria, então, vem elaborando mediações que permitam compreender a realidade social e seus espaços contraditórios.

Com isso, evidencia-se que a formulação de um projeto profissional crítico à sociedade burguesa é uma demanda dos segmentos da sociedade que recebem os serviços prestados pelo assistente social, e não apenas uma condição de grupos ou do coletivo profissional. (GUERRA, 2007, p. 9).

Novas e complexas transformações societárias são presenciadas pelo Serviço Social, que serão devidamente tratadas, mas é importante ressaltar que a profissão conseguiu alcançar uma maturidade que lhe permite uma melhor interlocução com seus diversos espaços sócio-ocupacionais.

Segundo Guerra (2007) o projeto neoliberal materializa-se por meio de processos de privatização e mercantilização da vida social no capitalismo tardio, a exemplo do enfraquecimento dos movimentos sociais, sindicais, trabalhistas. Sendo assim, nota-se uma incidência direta na atuação do(a) assistente social, em que o exercício profissional esteja orientado por um "projeto profissional que contenha valores universalistas, baseado no humanismo concreto, numa concepção de homem enquanto sujeito autônomo, orientado por uma teoria que vise apreender os fundamentos dos processos sociais e iluminar as finalidades". (GUERRA, 2007, p. 15).

Torna-se extremamente relevante destacar que os projetos profissionais, de acordo com Netto (2006), são construídos coletivamente, ou seja, são projetos de categoria profissional, tendo uma construção histórica que contempla uma dimensão política e de relações de poder. Respeitada a dinâmica que a categoria é um espaço plural em que podem surgir projetos profissionais diferentes.

Um dos maiores desafios enfrentados pelos assistentes sociais se manifesta no pluralismo, que deve ser garantido de acordo o 7º princípio do Código de Ética dos Assistentes Sociais. Mas que pluralismo é esse? Como definir pluralismo em um contexto em que o capital nos

faz confundi-lo com ecletismo e com liberalismo? Apesar de pluralismo nos dar uma ideia de que há um diálogo entre todos, na verdade o diálogo só vai acontecer, em vias de fato, com aqueles que têm finalidades próximas.

De acordo com o exposto podemos entender que projeto profissional não é a profissão Serviço Social, mas um norte a ser seguido, construído por meio das aspirações da categoria profissional. Mesmo obtendo um caráter hegemônico, o fato de se adotar a teoria marxista como método de interpretação da realidade, não isentou os profissionais de lidarem com influências e, até mesmo, "confusão" com outras teorias.

“A valoração ética atravessa o projeto profissional como um todo, não constituindo um mero segmento particular dele” (NETTO, 2006, p. 8), expressando um caminho possível no vislumbrar de uma nova ordem societária e de acordo com Iamamoto (2007):

Pensar o projeto profissional supõe articular uma dupla dimensão: de um lado, as condições macrosociedadeis, que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades; e, de outro, as respostas sócio-históricas, ético-políticas e técnicas de agentes profissionais a esse contexto, as quais traduzem como esses limites e possibilidades são analisados, apropriados e projetados pelos assistentes sociais. (IAMAMOTO, 2007, p. 222).

O Projeto Ético-Político Profissional está pautado numa dimensão jurídico-política, bem como as diretrizes e os princípios da profissão, resultando na formulação do Código de Ética profissional – lembrando que código de ética e projeto ético-político são duas coisas distintas, sendo o primeiro materializado em legislação com atribuições de direitos e deveres e o segundo se ancora na dimensão societária que almejamos conquistar –, na Lei de Regulamentação da profissão e nas atuais Diretrizes Curriculares.

O projeto profissional é um elemento de unidade entre teoria e prática. Sem esse elemento, ainda que nem sempre percebido pela consciência do profissional, a atuação na realidade carece de uma unidade, de elementos que possam homogeneizar determinados elementos da cultura e posturas profissionais conscientemente adotadas, diferenciando-as de ações sociais,

voluntárias ou não. Ele é um elemento necessário, ainda que insuficiente, para que uma atividade se converta em práxis. (GUERRA, 2007, p. 24).

O Código de Ética de 1993 coloca a ética e os valores como sendo parte constitutiva e produto da práxis,⁷ práxis esta que é concebida como ação social e prática que se dá a partir de escolhas conscientes. Entretanto, no contexto da dinâmica contraditória do capitalismo, evidencia-se um processo de opressão, de exploração e de dominação, fazendo com que a objetivação da ética encontre “obstáculos concretos para se viabilizar plenamente, ou seja, de forma consciente, universalizante, livre, objetivando valores emancipatórios”. (BARROCO; TERRA, 2012, p. 55).

O Serviço Social busca se direcionar por valores éticos pautados em uma dimensão crítica, em que a liberdade ganha centralidade, não compreendendo liberdade como prega o liberalismo, em que o direito de um se limita ao direito do outro,⁸ ou seja, essa liberdade é permeada por contradições, não podendo se constituir numa liberdade plena.

A liberdade, que concretamente corresponde à existência de alternativas, à possibilidade de escolhas, à existência de condições sociais para a vivência e ampliação das capacidades, a liberalização dos impedimentos à manifestação das forças humanas tec., passa a ser valorizada, a ser representada como valor ético e político por meio da práxis humana. (BARROCO; TERRA, 2012, p. 56).

Essa liberdade está vinculada ao princípio da emancipação humana, por meio de um projeto profissional e societário diferente do

7 De acordo com Barroco e Terra (2012) “a ética é parte da práxis: uma ação prática e social consciente mediada por valores emancipatórios que visa interferir na realidade social para objetivá-los. Por sua natureza, essa práxis exige certo grau de consciência e de comprometimento com motivações éticas de caráter genérico: exigências que remetem ao enfrentamento de conflitos da totalidade social”. (BARROCO; TERRA, 2012, p. 71).

8 Na verdade, essa noção de liberdade está fundada nas necessidades postas pela reprodução social de uma sociedade fundada na propriedade privada; logo, numa forma de ser, num ethos, que corresponde ao indivíduo burguês que constrói a sua existência em função da posse privada de mercadorias e da competição. (BARROCO; TERRA, 2012, p. 62).

atual, na medida em que se pauta no desenvolvimento e na “construção de uma nova ordem societária, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero”. (NETTO, 2006, p. 15).

Além disso, a emancipação apresenta-se como central no debate dos valores da profissão. Contudo, compreende-se que, segundo o Barroco e Terra (2012), a realização da emancipação humana não se faz possível no trabalho profissional, pois este é limitado. Até porque a emancipação humana é impossível nos limites da sociabilidade burguesa. Com isso, acredita-se que a consolidação da cidadania e a defesa do aprofundamento da democracia, como tarefa de toda a sociedade, são valores que devem ser considerados transitórios historicamente, uma vez que ambos devem ser conquistados apenas como meios para a construção de uma nova sociedade.

Outro ponto importante é a capacitação continuada, como forma de desvelar criticamente a realidade, para que se possa superar o senso comum e os valores internalizados anteriores a formação profissional. Esse processo continuado de capacitação objetiva superar a reprodução da alienação, com uma perspectiva ético-profissional afinada com os valores contidos no atual Código de Ética de 1993. A capacitação continuada contribui, também, para o aprimoramento profissional. Além disso, na construção do ethos profissional, espera-se ainda que o assistente social seja:

Competente, que exerça uma postura democrática; portanto, que não seja autoritário, preconceituoso e discriminatório, que se capacite continuamente, que seja respeitoso com seus colegas e com a população atendida, que seja responsável pela viabilização de direitos, por articulações políticas, no âmbito institucional e com as entidades profissionais e os movimentos sociais, entre outros. Em resumo: exige-se um profissional crítico, teoricamente qualificado e politicamente articulado a valores progressistas. (BARROCO; TERRA, 2012, p. 76).

O desafio posto ao projeto ético-político assenta-se na construção de novos valores na sociedade capitalista e encontra-se numa perspectiva limitada, pois ao mesmo tempo em que a liberdade e a igualdade são reconhecidas no âmbito jurídico, evidencia-se que estas são “negadas na vida prático-social, onde as relações sociais não são fundadas na

igualdade, onde os homens não são inteiramente livres”. (IAMAMOTO, 1995, p. 103).

Considerando os limites postos ao projeto profissional na sociedade capitalista brasileira, pode-se afirmar que “é inconteste que ele coroa o processo de constituição de uma nova autoimagem profissional – a que defende e luta por direitos sociais” (ORTIZ, 2010, p. 204). Logo, essa autoimagem que os profissionais buscam imprimir, está totalmente dissociada da imagem historicamente consolidada na profissão, aquela da “moça boazinha que ajuda”. Assim, percebe-se que:

A tensão que atravessa a imagem dessa profissão se expressa através do convívio, nem sempre muito explícito, de elementos claramente oriundos das protoformas do Serviço Social, e outros mais recentemente incorporados ao rol de representações que circunscrevem a profissão, os quais possuem, na defesa dos direitos, seu principal aspecto. (ORTIZ, 2010, p. 215).

No contexto atual persiste a dificuldade de construção de qualquer tipo de projeto classista, sendo desafiador para o assistente social realizar seu trabalho independente das requisições de seu contrato. O fato é que evidencia-se “uma tensão entre o trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direitos e a relativa autonomia do profissional para perfilar o seu trabalho”. (IAMAMOTO, 2007, p. 424).

Desafios são postos para a materialização dos meios a que se destinam o Projeto Ético-Político Profissional; a exemplo pode-se destacar a dificuldade dos(as) assistentes sociais se reconhecerem como trabalhadores (enquanto classe) ou, até mesmo, conseguirem reconhecimento profissional. Pois isso se dá devido à característica contratual desse profissional, haja vista que o empregador, na maioria das vezes, não é o demandante da intervenção desse profissional. O presente contexto gera “uma tensão entre o trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direitos e a relativa autonomia do profissional para perfilar o seu trabalho”. (IAMAMOTO, 2007, p. 424).

Outro desafio se expressa na tendência de o que o assistente social seja visto como um profissional liberal, o que não se realiza interinamente como tal, pois, a maior parte dos profissionais se enquadra na

categoria de trabalhadores assalariados, que precisam de entidades empregadoras para desenvolver seu trabalho.

O Serviço Social dispõe de algumas características típicas de uma profissão liberal: a existência de uma relativa autonomia, por parte dos assistentes sociais, quanto à forma de condução de seu atendimento junto a indivíduos e/ou grupos sociais com os quais trabalha, o que requer o compromisso com valores e princípios éticos norteadores da ação profissional, explicitados no Código de Ética Profissional”. (IAMA-MOTO, 2005, p. 96).

O assistente social se depara cotidianamente com novas demandas⁹ – todas elas ligadas ao processo de reestruturação produtiva no Brasil,¹⁰ como exemplo: a precarização do trabalho, o desemprego, o subemprego, as novas formas de contratação – que vêm de vários seguimentos sociais (desde a classe dominante aos usuários e instituições que está diretamente ligado) exigindo desse profissional novas competências e qualidade nas intervenções e mediações profissionais, ficando sujeito à lógica do mercado que perpassa os serviços sociais e as políticas sociais.

O assistente social é um profissional mediador, comprometido com suas ações profissionais, na luta pela consolidação dos direitos sociais, não se limitando somente às ações imediatas e visando a dignidade por meio da ampliação da cidadania, para a classe subalternizada, sendo, com isso, um profissional que busca estar na contracorrente do capital.

9 O Serviço Social é colocado por Yamamoto (2009) como uma "atividade inscrita predominantemente no terreno político e ideológico, com refrações nas condições materiais da existência dos sujeitos via serviços, programas e projetos implementados pelas políticas públicas". (IAMAMOTO, 2009, p. 349).

10 O processo de reestruturação produtiva inflexiona as políticas de recursos humanos, no Brasil, principalmente a partir dos anos 90, nos seguintes aspectos: crescimento dos investimentos empresariais com a qualificação da força de trabalho; introdução de técnicas e métodos de gerenciamento participativo, com forte apelo ao envolvimento dos trabalhadores com as metas empresariais; combinação do sistema de benefícios e serviços sociais com as políticas de incentivo à produtividade do trabalho; e adoção de práticas de avaliação e monitoramento do ambiente interno. (CESAR; AMARAL, 2009, p. 418).

Os profissionais necessitam ter clareza, consideradas as condições específicas do que produzem com o seu trabalho junto aos conselhos, na habitação, na saúde etc., para que possam decifrar o que fazem. Importa deixar claro que viver o Serviço Social não resulta, automaticamente, em dar conta de suas explicações, da mesma forma que existe uma grande distância entre viver a cotidianidade da sociedade capitalista e decifrar o que é esse cotidiano. (IAMAMOTO, 2005, p. 70).

Outro ponto destacado por Cesar (1998, p. 140) é a manutenção da atividade de auxiliar de programas assistenciais, "tendo por base uma ação educativa, é considerada como a função técnica, por excelência, do assistente social, nas empresas. Há, portanto, um predomínio de requisições tradicionais, historicamente determinadas, às quais o profissional deve responder", como forma de controle da força de trabalho.

Mota (1998, p. 26) argumenta que "a principal tarefa posta para o Serviço Social, na atual conjuntura, é a de identificar o conjunto das necessidades (políticas, sociais, materiais e culturais), quer do capital, quer do trabalho, que estão subjacentes às exigências de sua refuncionalização".

Considerações finais

Diante desta atual conjuntura, identifica-se que a ideologia neoliberal, assentada na perspectiva pós-moderna, indica, a todo tempo, que os projetos emancipatórios fracassaram. Configura-se um cenário social pautado por uma cultura conservadora, permeada pela insegurança, pelo individualismo exacerbado, pelo medo, pela violência, e marcado pelo intimismo, ocultando o processo da luta de classes. A desigualdade é naturalizada e se observa que "a valorização da posse privada dos objetos no lugar das relações humanas levada ao extremo caracteriza o ethos dominante na sociedade contemporânea" (BARROCO, 2011, p. 209).

A categoria profissional, há décadas, vem acumulando conhecimentos que nos capacitam a apreender a realidade para além do imediato, do naturalizado, em uma perspectiva histórica e de totalidade. Conhecimento que também nos indica uma clara defesa dos

interesses, necessidades e projetos societários das classes subalternas e de suas organizações e movimentos. Temos, assim, um patrimônio de rupturas com o conservadorismo, que nos coloca em sintonia com a defesa e com a construção de uma vida cotidiana cheia de sentidos para a humanidade. Nosso projeto profissional nos chama a sermos sujeitos nas lutas pela construção desses cotidianos, que traduzem a sintonia com os conteúdos da emancipação humana.

A luta precisa ser por um projeto societário comprometido com uma nova sociabilidade, em oposição à ordem do capital, o que pressupõe a superação de todas as formas de opressão e exploração.

O Serviço Social é uma profissão inscrita na história do Brasil há 80 anos. Uma profissão que foi capaz de se reinventar e se reconceituar, buscando romper com o conservadorismo do seu surgimento e com o tecnicismo do seu desenvolvimento. Uma profissão que reconstruiu seus referenciais teóricos e metodológicos, analisando a sociedade capitalista, a desigualdade e a violação de direitos dela decorrentes. Uma profissão que, impulsionada pelo movimento de redemocratização do país, reescreveu seu Código de Ética, adotando valores que foram se aperfeiçoando e se tornaram princípios que, hoje, almejam alcançar, no horizonte, um projeto societário sem exploração e dominação de classe. Uma profissão que vem se transformando, ao longo dos anos, para contribuir não só no combate à desigualdade, mas também na construção de uma sociedade justa e igualitária.

Assim, o atual desafio que permeia o Serviço Social, é consolidar uma profissão vinculada à “defesa dos direitos e das conquistas acumuladas ao longo da história da luta dos trabalhadores no país, e comprometida com a radical democratização da vida social no horizonte da emancipação humana”. (IAMAMOTO, 2007, p. 470).

Logo, o Serviço Social, ao se posicionar a favor da construção de um outro projeto de sociedade, possibilita a efetivação de uma luta radical contra o capital, a fim de construir, com os demais conjuntos da classe trabalhadora, uma sociedade plenamente emancipada.

**Submetido em 5 de julho de 2016 e aceito para
publicação em 5 de outubro de 2016.**

Referências

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social e Sociedade**, n. 106. São Paulo: Cortez, 2011.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do Assistente Social Comentado**. São Paulo: Cortez/CFESS, 2012.

CESAR, Mônica de Jesus. Serviço Social e reestruturação produtiva: requisições, competências e condições do trabalho profissional. In: MOTA, Ana Elizabeth. **A nova fábrica de consensos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

CESAR, Monica; AMARAL, Ângela Santana do. O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS) (org.) **30 anos do congresso da virada**, Brasília, 2009.

GUERRA, Yolanda. O projeto profissional crítico, estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Serviço e Sociedade**, n. 91, 2007.

GUERRA, Yolanda; ORTIZ, Fátima Grave. Os caminhos e os frutos da “Virada”: apontamentos sobre o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. **Praia Vermelha**, v. 19, n. 02, 2009.

DURIGUETTO, M. L. Questão social, sociedade civil e lutas sociais: desafios ao Serviço Social. **Conexão Geraes**, n. 04, ano 03, 1º sem./2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O debate contemporâneo do Serviço Social e a ética profissional. In: BONETTI, Dilsea Aldeodata et al (orgs.). **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez/CFESS, 1995.

_____. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **O Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1982.

MOTA, Ana Elizabeth. **A nova fábrica de consensos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elisabete et al (orgs.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, Opas, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

ORTIZ, Fátima Grave. **O Serviço Social no Brasil: fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes**. Rio de Janeiro: E-papers/Faperj, 2010.